

# Imigração mais difícil em Portugal

written by O Cidadão | 3 de Junho, 2024



No Plano de Ação para as Migrações, hoje aprovado pelo Conselho de Ministros, consta o ***“fim do regime excecional que passou a permitir uma entrada sem regras, extinguindo o designado procedimento de manifestações de interesse”***, considerada uma ***“porta aberta e fonte de grande parte de pendências”***.

A partir de agora, já não será possível a um estrangeiro com visto de turista tratar da sua regularização em Portugal, **necessitando de um contrato de trabalho ou de outra solução tratada previamente na rede consular portuguesa.**

Por isso, o plano contempla o ***“reforço da capacidade de resposta e processamento dos postos consulares identificados como prioritários”***, com o reforço de 45 elementos em 15 países, uma lista que inclui todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A revogação dos artigos 88 e 89 da Lei de Estrangeiros, que permitiam a legalização em Portugal de turistas estrangeiros, será seguida de uma *“revisão da lei [geral] em sede parlamentar”* nos próximos meses.

No entanto, todos os pedidos **já apresentados** serão processados, desde que *“tenham sido instruídos corretamente”* ou tenham *“mais de um ano de descontos para a segurança social”*.

O plano contempla também a *“agilização e priorização dos canais de entrada de imigrantes”* para reagrupamento familiar, jovens estudantes, profissionais qualificados e nacionais dos países da CPLP.

O Governo compromete-se a renovar os documentos a expirar, cujos prazos começam a terminar este mês, e a *“agilizar os procedimentos de concessão de vistos e autorizações de residentes”* aos restantes cidadãos lusófonos.

O plano hoje aprovado inclui a criação de uma *“estrutura de missão, com recursos humanos, materiais e financeiros adicionais, viabilizados por medidas extraordinárias de contratação, que integre funcionários da AIMA, inspetores do ex-SEF [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras] e outros profissionais a recrutar”*.

A essa estrutura de missão caberá a responsabilidade pela *“apreciação expedita dos pedidos”* e um reforço do atendimento presencial para resolver as pendências existentes.

Em paralelo, o plano prevê a *“intervenção urgente nas infraestruturas, sistemas informáticos e bases de dados do controlo de fronteiras existentes”*, a recuperação do atraso na implementação dos novos sistemas de controlo de fronteiras (*‘smart borders’*) e um *“sistema de atração de capital humano”*, que inclui a colaboração com *“confederações e associações empresariais”* para trazer trabalhadores necessários para o tecido económico português, embora sem nunca referir qualquer

política de quotas.